

Ventos de São
João XXIII Energias
Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.
Morro do Chapéu - Bahia**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receita

Veja as Notas 2.12 e 10 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de contratos de longo prazo. A receita da Companhia advém substancialmente desses contratos de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Entendimento dos processos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;– Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; e– Realizamos uma inspeção documental detalhada do volume de energia gerada em dezembro de 2024, analisando as documentações de suporte para verificar se a receita foi reconhecida corretamente no momento da transferência do controle da energia fornecida. Além disso, comparamos os relatórios de receitas geradas fornecidos pela companhia e pelo órgão regulador, confrontando o montante total com os valores registrados.– Avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras em relação ao reconhecimento da receita. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 28 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.133	16.956	Fornecedores		946	48
Aplicações financeiras vinculadas	5	6.972	-	Dividendos a pagar	14	-	933
Contas a receber de clientes	6	5.624	5.420	Empréstimos e financiamentos	8	7.063	7.987
Partes relacionadas - outros créditos	14	-	482	Debêntures	8	10.953	8.262
Outros créditos		1.896	1.438	Partes relacionadas - outras contas a pagar	14	517	63
				Obrigações fiscais		430	425
				Imposto de renda e contribuição social	16	642	658
				Outras contas a pagar		113	423
Total do Ativo Circulante		31.625	24.296	Total do Passivo Circulante		20.664	18.799
Aplicações financeiras vinculadas	5	22.233	14.034	Empréstimos e financiamentos	8	170.860	171.659
Outros créditos		-	56	Debêntures	8	115.207	117.364
Realizável a longo prazo		22.233	14.090	Total do Passivo Não circulante		286.067	289.023
				Patrimônio líquido	9		
Imobilizado	7	335.257	352.498	Capital social		80.004	80.004
Intangível	7	7	-	Reserva legal		196	196
				Reserva de lucros a distribuir		2.191	2.862
		335.264	352.498	Total do Patrimônio líquido		82.391	83.062
Total do Ativo Não Circulante		357.497	366.588	Total do Passivo		306.731	307.822
Total do Ativo		389.122	390.884	Total do Passivo e Patrimônio líquido		389.122	390.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	10	68.439	54.528
Custos operacionais	11	(29.356)	(19.384)
Lucro bruto		39.083	35.144
Despesas gerais ou administrativas	12	(978)	(1.447)
Outras despesas operacionais		(466)	-
Despesas operacionais		(1.444)	(1.447)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		37.639	33.697
Receitas financeiras	13	3.734	1.302
Despesas financeiras	13	(38.611)	(24.649)
Resultado financeiro		(34.877)	(23.347)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.762	10.350
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(3.433)	(2.276)
Prejuízo (Lucro) do exercício		(671)	8.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo (Lucro) do exercício	(671)	8.074
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-
Resultado abrangente total	(671)	8.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a distribuir	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		75.994	1.150	-	-	(4.083)	73.061
Capital integralizado	9	4.010	(4.010)	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	2.860	-	-	-	2.860
Lucro do exercício		-	-	-	-	8.074	8.074
Destinação do Lucro							
Reserva legal	9	-	-	196	-	(196)	-
Dividendos obrigatórios	9	-	-	-	-	(933)	(933)
Reserva de lucros a distribuir	9	-	-	-	2.862	(2.862)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		80.004	-	196	2.862	-	83.062
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(671)	(671)
Absorção de prejuízos	9	-	-	-	(671)	671	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		80.004	-	196	2.191	-	82.391

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo (Lucro) do exercício		(671)	8.074
Ajustes para:			
Depreciação	7	14.749	10.993
Rendimento de aplicações	5	(1.776)	(675)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	8	21.696	14.175
Juros sobre debêntures	8	16.352	10.105
Apropriação do custo de captação	8	536	-
Imposto de renda e contribuição social	16	3.433	2.276
Outros		1.027	1.011
		55.346	45.959
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(204)	(5.413)
Outros créditos		(1.173)	(1.246)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		936	(1.235)
Fornecedores		898	(195)
Obrigações trabalhistas		-	(114)
Obrigações fiscais		(1.205)	(120)
Outras contas a pagar		(310)	369
Caixa gerado pelas atividades operacionais		54.288	38.005
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8	(12.895)	-
Juros pagos sobre debêntures	8	(5.196)	-
Juros pagos sobre mútuos	14	-	(261)
Impostos pagos sobre o lucro	16	(2.239)	(1.401)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		33.958	36.343
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(13.651)	(13.104)
Resgates de aplicações financeiras	5	-	439
Aquisição de imobilizado	7	(454)	(48.038)
Ressarcimento de seguros		2.946	-
Aquisição de intangível		(7)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(11.166)	(60.703)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos a acionistas	9	(933)	-
Captações de mútuos	14	-	6.300
Captações de empréstimos e financiamentos	8	-	41.826
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	8	(8.197)	-
Amortizações de principal - debêntures	8	(8.591)	-
Mútuos pagos	14	-	(6.300)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	2.860
Custo de captação - debêntures	8	(2.155)	(833)
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	8	(2.739)	(2.549)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades de financiamento		(22.615)	41.304
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		177	16.944
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	16.956	12
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	17.133	16.956
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		177	16.944

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), foi constituída em 18 de dezembro de 2019 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de São João XXIII 19; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento possui 72 MW de potência instalada, está localizado em Morro do Chapéu (BA) e entrou em operação comercial plena em 1ª de abril de 2023. A Companhia comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, principalmente através de contratos de longo prazo.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 2.8** – vida do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Retificação de erro imaterial de períodos anteriores

Durante o período de 2024, a Companhia identificou o reconhecimento indevido dos saldos de IOF sobre empréstimos no resultado financeiro. Os montantes deveriam ser reconhecidos como custos de transação, pois a despesa está vinculada à captação do recurso que é integralmente consumido na construção do ativo qualificável.

Diante disso, os saldos de ativo, passivo e resultado foram apresentados a menor em 31 de dezembro de 2023. Tais erros imateriais foram corrigidos nas informações anuais apresentadas em 31 de dezembro de 2024 e a tabela a seguir resume os impactos:

a. Balanço patrimonial

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Ativo			
Despesas antecipadas	1.167	4	1.171
Outros ativos	389.713	-	389.713
Total do Ativo	390.880	4	390.884
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	179.707	(61)	179.646
Outros passivos	128.176	-	128.176
Total do Passivo	307.883	(61)	307.822
Patrimônio líquido			
Reserva de lucros a distribuir	2.797	65	2.862
Outros	80.200	-	80.200
Total do Patrimônio Líquido	82.997	65	83.062
Total do Passivo e Patrimônio líquido	390.880	4	390.884

b. Demonstrações do resultado e resultado abrangente

Resultado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Despesas financeiras	(24.714)	65	(24.649)
Outros	32.723	-	32.723
Lucro do exercício	8.009	65	8.074
Total do resultado abrangente	8.009	65	8.074

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Descrição	Anteriormente apresentado	Ajustes	Saldo corrigido
Capital social	80.004	-	80.004
Reserva legal	196	-	196
Reserva de lucros a distribuir	2.797	65	2.862
Patrimônio líquido	82.997	65	83.062

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e partes relacionadas – outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos, partes relacionadas – outras contas a pagar, debêntures, fornecedores, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de

empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A

administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Companhia cessou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamentos previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants*.

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não possui notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

- (b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) **Risco operacional**

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) **Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a Casa dos Ventos S.A. (“CDV”), portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventus (“FIC Consolidador”).

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados pela Companhia são as dívidas apresentadas na nota 8.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa para sua operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. As dívidas contratadas pela Companhia, apresentadas na nota 8, possuem risco de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2024	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos - restritos	16.472	Baixa do CDI	15.941	15.440
Efeito no resultado	1.954		1.423	922
Aplicações vinculadas	29.205	Baixa do CDI	28.741	28.291
Efeito no resultado	1.776		1.312	862
Empréstimos e financiamentos	(177.923)	Alta do IPCA	(184.008)	(190.094)
Efeito no resultado	(21.696)		(27.781)	(33.867)
Debêntures	(126.160)	Alta do IPCA	(130.778)	(135.396)
Efeito no resultado	(16.352)		(20.970)	(25.588)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	661	208
Aplicações financeiras - fundos restritos (a)	16.472	16.748
Total	17.133	16.956

- (a) A Companhia possui aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a. (13,32% em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras vinculada

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicação vinculada – Conta Reserva Serviço da Dívida BNDES (a)	11.534	10.039
Aplicação vinculada – Conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures (a)	8.416	1.940
Aplicação vinculada – Conta de Pagamento da Debêntures (a)	6.972	-
Aplicação vinculada – Conta Reserva de O&M (a)	2.283	2.055
Aplicação vinculada – Conta de Complementação do ICSD (a)	-	-
Aplicação vinculada – Conta Centralizadora (a)	-	-
Aplicação vinculada – Conta de Seguros (a)	-	-
Total	29.205	14.034
Ativo circulante	6.972	-
Ativo não circulante	22.233	14.034

- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são referentes a obrigações de prestação de garantias assumidas pela Companhia no contrato de financiamento celebrado com o BNDES, em 30 de novembro de 2021, e na escritura de debêntures, celebrada em 02 de dezembro de 2021, a saber: (i) Conta Reserva Serviço da Dívida BNDES, (ii) Conta Reserva Serviço da Dívida Debêntures, (iii) Conta Reserva de O&M, (iv) Conta de Complementação do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), (v) Conta Centralizadora, (vi) Conta de Seguros e (vii) Conta de Pagamento da Debêntures – esta última classificada como ativo circulante no balanço da Companhia, pois o saldo constituído é utilizado para pagamento semestral das parcelas vincendas da Debêntures. As contas descritas nos itens (iii), (iv), (v) e (vi) são garantias compartilhadas entre os credores. Tais recursos são mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A., e deverão ser mantidos por todo período dos mesmos instrumentos, sendo os

valores dados em garantia, podendo ser utilizados pelos credores para liquidação de obrigações relacionadas aos contratos. Ademais, conforme previsto no contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, a Companhia deve retratar nas demonstrações financeiras o saldo existente nas contas de reservas, mesmo que zeradas. Os valores são aplicados em fundos de investimentos em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (12,66% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	14.034	439
Rendimento de aplicações	1.776	675
Capitalização de rendimentos de aplicações	-	338
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(256)	(83)
Aplicações financeiras	13.651	13.104
Resgates de aplicações financeiras	-	(439)
Saldos finais	22.233	14.034

6 Contas a receber de clientes

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	4.387	-
Venda de energia – partes relacionadas (nota 14)	1.237	5.420
Total	5.624	5.420

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber por não haver perdas históricas, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia não apresentava títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Imobilizado

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Torres anemométricas	10%	151	(43)	108	123
Máquinas e equipamentos	1,8% a 16,7%	333.687	(23.858)	309.829	323.135
Edificações	3,3% a 4%	27.082	(1.847)	25.235	29.151
Benfeitorias em bens de terceiros	4%	98	(13)	85	89
Total		361.018	(25.761)	335.257	352.498

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas (a)	Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	123	-	-	(15)	108
Máquinas e equipamentos	323.135	369	-	(13.675)	309.829
Edificações	29.151	85	(2.946)	(1.055)	25.235
Benfeitorias em bens de terceiros	89	-	-	(4)	85
Total	352.498	454	(2.946)	(14.749)	335.257

- (a) O valor baixado no exercício refere-se a um adiantamento a fornecedor de imobilizado que não cumpriu integralmente as obrigações e escopo do contrato firmado com a Companhia, tornando necessária a baixa desse ativo. No entanto, durante o exercício, a Companhia recebeu um ressarcimento de R\$ 2.946, oriundo da apólice de seguros vinculada ao contrato, com efeito no caixa no exercício de 2024.

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferências (b)	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	117	20	-	(14)	123
Máquinas e equipamentos	-	38	333.282	(10.185)	323.135
Edificações	-	-	29.942	(791)	29.151
Adiantamento a fornecedores	237.090	44.918	(282.008)	-	-
Imobilizado em andamento	69.724	3.062	(72.786)	-	-
Benfeitorias em bens de terceiros	92	-	-	(3)	89
Custos de empréstimos	-	8.430	(8.430)	-	-
Total	307.023	56.468	-	(10.993)	352.498

- (b) A Companhia iniciou suas operações comerciais de forma plena em 1º de abril de 2023 e, em função disso, foi necessária a reclassificação do saldo das classes de ativo relacionados a Imobilizado em Andamento para Imobilizado em uso. A reclassificação ocorreu de forma antecipada em relação à emissão do laudo técnico de unitização, por meio de metodologia elaborada pela Administração da Companhia, tendo por base o processo de unitização efetuado por consultor externo em outras Companhias do Grupo Casa dos Ventos.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui valores em adições no montante de R\$ 5.028 que não tiveram efeito caixa referentes a custos de empréstimos.

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

Em 29 de julho de 2022 a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNDES no valor de R\$ 175.800 destinado à implantação do empreendimento.

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 7,09% ao ano. O período total de pagamento é de 270 meses, onde a primeira prestação foi liquidada em 15 de janeiro de 2024 e a prestação final será liquidada em 15 de junho de 2046. Em março de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a).

O contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam: alienação fiduciária de ações e de aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atingir determinado ICSD.

A Administração monitora todos os *covenants* previstos nos contratos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* não financeiros e, em 31 de dezembro de 2024, com os *covenants* financeiros, cujo indicador já era passível de mensuração.

Escritura de Debêntures

Em 29 de julho de 2022 foi celebrado o instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória em série única para distribuição pública com esforços restritos da Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A. no valor nominal de R\$ 115.500 (“Escritura de Debentures”). Em 09 de agosto de 2022 foi celebrado o Primeiro Aditamento a Escritura de Debentures, estabelecendo o montante da emissão em R\$ 109.500 e os juros remuneratórios em IPCA+8,0847%.

A remuneração utiliza base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis e será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal atualizado das debêntures desde a data da primeira integralização das debêntures ou da data de pagamento da remuneração das debêntures. O primeiro pagamento da remuneração das Debêntures foi realizado em 15 de julho de 2024. Os demais pagamentos da remuneração ocorrerão sucessivamente nos semestres subsequentes, sempre no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, e o último pagamento será realizado em 15 de julho de 2042.

As debêntures são garantidas por meio de (i) fiança bancária, que poderá ser liberada mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação de fiança relacionadas à conclusão físico-financeira do empreendimento e (ii) garantias reais usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam: alienação fiduciária de ações e de aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela Companhia. As garantias reais são compartilhadas entre os Debenturistas e o BNDES,

na proporção do saldo devedor de cada dívida. Em outubro de 2023 a Companhia realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelece que a Companhia deve atingir determinado ICSD.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia encontrava-se adimplente com os *covenants* não financeiros e, em 31 de dezembro de 2024, com os *covenants* financeiros, cujo indicador já era passível de mensuração.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
BNDES	Financiamento	187.889	187.284
Custo de captação		(9.966)	(7.638)
Empréstimos e financiamentos		177.923	179.646
Escritura de debêntures	Debêntures	130.752	128.189
Custo de captação		(4.592)	(2.563)
Debêntures		126.160	125.626
Total		304.083	305.272

b. Movimentação da conta

	BNDES	Escritura de Debêntures	Total Geral
Saldos em 31 de dezembro de 2022	122.191	112.638	234.829
Captações	41.826	-	41.826
Juros incorridos	14.175	10.105	24.280
Juros capitalizados	5.516	4.634	10.150
Transferência do custo de captação	(1.517)	-	(1.517)
Apropriação do custo de captação	-	(918)	(918)
Custo de captação incorrido no exercício	(2.545)	(833)	(3.378)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	179.646	125.626	305.272
Juros incorridos	21.696	16.352	38.048
Amortização de principal	(8.197)	(8.591)	(16.788)
Amortização de juros	(12.895)	(5.196)	(18.091)
Apropriação do custo de captação	412	124	536
Custo de captação incorrido no exercício	(2.739)	(2.155)	(4.894)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	177.923	126.160	304.083
Circulante	7.063	10.953	18.016
Não circulante	170.860	115.207	286.067

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

(i) BNDES

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	6.701	4%
2026	7.486	4%	7.150	4%
2027	7.872	4%	7.518	4%
2028	7.458	4%	7.123	4%
2029	6.916	4%	6.605	4%
2030	7.364	4%	7.033	4%

Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2024

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2031	7.104	4%	6.784	4%
2032	7.320	4%	6.991	4%
2033	7.195	4%	6.872	4%
2034	7.604	4%	7.262	4%
2035	6.728	4%	6.425	4%
2036	6.136	3%	5.860	3%
2037	7.942	4%	7.585	4%
2038	8.309	5%	7.935	4%
2039	8.680	5%	8.290	5%
2040	7.543	4%	7.204	4%
2041	8.468	5%	8.088	5%
2042	7.400	4%	7.067	4%
2043	14.682	8%	14.022	8%
2044	13.702	8%	13.086	7%
2045	13.213	7%	12.620	7%
2046	11.240	7%	10.739	5%
Total parcelas – longo prazo	180.362	100%	178.960	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(9.502)		(7.301)	
Saldo total – longo prazo	170.860		171.659	

(ii) Escritura de Debêntures

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	6.217	5%
2026	5.078	4%	4.828	4%
2027	7.355	6%	6.992	6%
2028	7.147	6%	6.794	6%
2029	7.302	6%	6.942	6%
2030	7.027	6%	6.680	6%
2031	7.157	6%	6.804	6%
2032	7.157	6%	6.804	6%
2033	7.085	6%	6.736	6%
2034	6.835	6%	6.498	5%
2035	8.006	7%	7.611	6%
2036	7.796	7%	7.411	6%
2037	6.842	6%	6.504	5%
2038	6.280	5%	5.970	5%
2039	4.921	4%	4.678	4%
2040	7.385	6%	7.020	6%
2041	7.387	6%	7.023	6%
2042	8.778	7%	8.345	6%
Total parcelas – longo prazo	119.538	100%	119.857	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(4.331)		(2.493)	
Saldo total – longo prazo	115.207		117.364	

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 80.004 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 80.004 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 80.004.000 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Ventos de São João XXIII Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras em

31 de dezembro de 2024

Acionistas	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	80%	64.003	64.003.200	80%	64.003	64.003.200
Comerc Participações S.A.	20%	16.001	16.000.800	20%	16.001	16.000.800
Total	100%	80.004	80.004.000	100%	80.004	80.004.000

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresentou prejuízo no exercício, impossibilitando a constituição de dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 933 em 31 de dezembro de 2023), conforme tabela abaixo.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo (lucro) do exercício	(671)	8.074
(-) Prejuízos acumulados	-	(4.083)
(-) Reserva legal (5%)	-	(196)
Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	(671)	3.795
Dividendos propostos	-	933

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não constituiu reserva legal, pois apresentou prejuízo no exercício (R\$ 196 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024 houve a absorção do prejuízo do exercício no valor de R\$ 671 (constituição de R\$ 2.862 em 31 de dezembro de 2023).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 933.

10 Receita líquida de vendas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	71.032	56.577
PIS e Cofins sobre vendas	(2.593)	(2.049)
Total	68.439	54.528

11 Custos operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal	(347)	(453)
Energia comprada	(5.216)	(2.199)
Depreciação	(14.749)	(10.975)
Seguros	(1.027)	(623)
Gastos com manutenção	(5.324)	(3.829)
Outros custos	(2.693)	(1.305)
Total	(29.356)	(19.384)

12 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(970)	(1.248)
Seguros	-	(127)
Outras despesas	(8)	(72)
Total	(978)	(1.447)

- (a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2024, R\$ 913 se refere a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A. (R\$ 1.030 em 31 de dezembro de 2023), conforme citado na nota 14(a).

13 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	3.730	1.282
Outras receitas financeiras	4	20
Total	3.734	1.302
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(21.696)	(14.175)
Juros sobre debêntures	(16.352)	(10.105)
Apropriação do custo de captação	(535)	-
Outras despesas financeiras	(28)	(369)
Total	(38.611)	(24.649)
Resultado financeiro líquido	(34.877)	(23.347)

14 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Contas a receber de clientes		
Venda de energia (nota 6)/(c)	1.237	5.420
Partes relacionadas – outros créditos	-	482
Transações de condomínio (b)	-	470
Ressarcimentos diversos	-	12
Passivo	517	996
Partes relacionadas – outras contas a pagar	517	63
Transações de condomínio (b)	512	63
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	5	-
Dividendos a pagar	-	933
Resultado	17.240	51.903
Receita líquida de vendas		
Venda de energia (c)	18.823	53.137
Custos operacionais		
Energia comprada (c)	(670)	(204)
Despesas gerais ou administrativas		
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(913)	(1.030)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possuía um contrato de prestação de serviços firmado com a Casa dos Ventos S.A., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) A Companhia possui gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas patrimoniais até a sua liquidação.
- (c) A Companhia possui operações de energia com a Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A (compra e venda) e a Comerc Participações S.A (venda).

Durante o exercício de 2023 a Companhia captou recursos mútuos com partes relacionadas no montante de R\$ 6.300, o qual foi integralmente liquidado ainda no mesmo exercício, sendo o principal o montante de R\$ 6.300 e R\$ 261 referente a pagamento de juros.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 06 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

15 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		17.133	17.133	16.956	16.956
Aplicações financeiras		6.972	6.972	-	-
Contas a receber de clientes		5.624	5.624	5.420	5.420
Partes relacionadas – outros créditos		-	-	482	482
Aplicações financeiras vinculadas		22.233	22.233	14.034	14.034
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(177.923)	(187.889)	(179.646)	(187.284)
Debêntures	Nível 2	(126.160)	(122.928)	(125.626)	(132.588)
Fornecedores		(946)	(946)	(48)	(48)
Dividendos a pagar		-	-	(933)	(933)
Outras contas a pagar		(113)	(113)	(423)	(423)
Partes relacionadas – outras contas a pagar		(517)	(517)	(63)	(63)
Total		(253.697)	(260.431)	(269.847)	(284.447)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos (BNDES)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável
Título de dívida – Escritura de Debêntures	Técnica de comparação de mercado: O valor justo é estimado considerando os preços cotados atuais ou recentes para o mesmo título negociado em mercado secundário.	Não aplicável	Não aplicável

16 Imposto de renda e contribuição social corrente

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda corrente	(2.330)	(1.517)
Contribuição social corrente	(1.103)	(759)
Total	(3.433)	(2.276)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	71.032	56.577
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro presumido	5.683	4.526
IRPJ adicional/Outras receitas não operacionais	3.734	1.620
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(2.330)	(1.517)
Alíquota de presunção (CSLL)	12%	12%
Lucro presumido	8.524	6.789
Outras receitas não operacionais	3.734	1.620
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(1.103)	(759)
Alíquota efetiva (%)	(124,3%)	(28,2%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	658	35
Imposto de renda e contribuição social no exercício	3.433	2.276
Impostos pagos sobre o lucro	(2.239)	(1.401)
Compensações no exercício	(1.210)	(252)
Saldos finais	642	658

17 **Contingências**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.